

METADE CARA, METADE MÁSCARA: UMA PROPOSTA DE LEITURA LITERÁRIA A PARTIR DE ELIANE POTIGUARA

HALF FACE, HALF MASK: A LITERARY READING PROPOSAL THROUGH ELIANE POTIGUARA

Tarsilla Couto de Brito  

UFG | tarsillacouto@ufg.br

Giulia Geovana Campos de Lima  

UFG | giuliageovana78@gmail.com

Dossiê:

Literatura negra e indígena no Brasil:
oralidades, ancestralidades, resistências



ORGANIZADORES:

Dr. Paulo Petronílio Petrot



Dr. Pedro Mandagará



Dr^a. Luciana Borges



CERRADOS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM

v. 33, n. 65, ago. 2024
Brasília, DF
ISSN 1982-9701



FLUXO DA SUBMISSÃO

Submetido em: 14/05/2024

Aceito em: 12/06/2024

DISTRIBUÍDO SOB



Resumo/Abstract

A leitura detida de *Metade Cara, Metade Máscara* (2019) é um exercício de propor novas literaturas. Nossa pesquisa busca abarcar essa mudança de perspectiva a partir de uma proposta de leitura literária que recusa os protocolos eurocentrados, buscando extrair do terceiro livro de Eliane Potiguará tudo o que ele oferece. A abundância da análise nos leva a concluir que a literatura indígena pode e deve ser encarada a partir de seus próprios parâmetros.

Palavras-chave: autoria feminina indígena, Eliane Potiguará, *Metade Cara, Metade Máscara*, teoria literária indígena.

The careful reading of *Half, Half Mask* (2019) is an exercise of proposing new literatures. Our research aims to encompass this change of perspective through a proposal of literary reading that refuses Eurocentric protocols, aiming to extract from Potiguará's third book everything it has to offer. The abundance of the analysis leads us to conclude that indigenous literature should be faced through its own parameters.

Keywords: feminine indigenous authorship, Eliane Potiguará, *Half Face, Half Mask*, indigenous literature theory.

INTRODUÇÃO

No prefácio de *Metade Cara, Metade Máscara* (2019), de Eliane Potiguara, Ailton Krenak define a obra como um “livro totem”. No dicionário, a definição da palavra *totem* é: “animal, planta ou objeto que serve como símbolo sagrado de um grupo social (clã, tribo) e é considerado como seu ancestral ou divindade protetora”. A análise profunda da obra de Eliane Potiguara evidencia esse aspecto para o qual Krenak chama a atenção. Ao longo desta multifacetada obra, fica clara a relação trançada que existe entre a autora, o povo potiguara e seus povos parentes. Eliane Potiguara dá vazão a diversas vozes de uma mesma luta, num livro que é uma mistura de gêneros discursivos, temas e tons, desafiando até mesmo a clássica separação entre oralidade e escrita. Este trabalho busca descrever o horizonte de expectativas criado pelo sistema de estudos literários eurocentrado com a finalidade de demonstrar como um livro, que até preferiria não ser um livro, “arrebenta” com o horizonte de expectativas do sistema literário ocidental.

A discussão do livro de Eliane Potiguara se desenvolve a partir de teóricos e autores indígenas que valorizam o caráter político de suas produções, bem como buscam autoafirmação e autodeterminação identitária e simbólica. A autora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, no prefácio do livro *Literatura indígena brasileira contemporânea: Criação, crítica e recepção*, intitulado “Falas a Espera de Escuta” discorre sobre a importância da literatura de autoria indígena contemporânea como um lugar de protagonismo do discurso indígena (TETTAMANZY, 2018, p. 15). Essas criações nem sempre são textualidades no momento de sua concepção. De toda forma, a oralidade ali está presente porque são “gritos de luta” produzidos por sujeitos que foram arrancados de seus territórios, vítimas de um processo de colonização e neocolonização que ainda se impõe, e por isso a (ora)literatura que produzem é política e única. Compreendendo melhor esses aspectos, vemos que parâmetros como os propostos pela lei 11.645/2008 e o Edital do PNBE de 2015, mesmo que bem-intencionados, não conseguiriam dar conta da multiplicidade das obras criadas pelos povos originários do Brasil, porque, para fazê-lo, muitos conceitos que vemos como regra para o estudo da literatura não se aplicariam às obras de autoria indígena.

A obra de Eliane Potiguara é dividida em sete capítulos, ou principais temas. Esses temas estão centrados nos alicerces históricos dos povos originários e do povo Potiguara no Brasil, sendo perpassados pela questão da colonização e da neocolonização. Eliane Potiguara é muito pedagógica em sua escrita, e a própria divisão dos capítulos tem um caráter explicativo, como se a autora buscasse contextualizar de maneira muito visível o lugar de onde fala e de onde falam os seus personagens. Este caráter explicativo também fica evidente quando a autora estabelece Jurupinga e Cunhataí como as vozes que falam (eu-lírico) nos diversos poemas do livro. Os dois personagens são “atemporais e sem locais específicos de origem” (POTIGUARA, 2019, p. 31), e simbolizam a família indígena.

Fica estabelecido que o universo simbólico retratado por Potiguara tem como pano de fundo a história e luta do movimento indígena no Brasil, assim como as diversas opressões que os indígenas sofreram aqui e em todos os lugares do mundo. Neste universo amparado por um contexto histórico tão específico, a autora é também narradora da própria história, entendida em termos de comunidade. No artigo acadêmico de Milena Costa Pinto e Elizabeth Gonzaga de Lima, intitulado *Metade Cara, Metade Máscara: Uma Escrita-Testemunho tecida entre os fios da Memória*, as autoras afirmam seu caráter coletivo: “A escrita de Potiguara (testemunha direta e indireta) é vinculada às suas próprias memórias, mas também a uma memória coletiva” (PINTO; LIMA, 2017, p. 4654).

Entretanto, Potiguara vai além do testemunho, além da autobiografia (nossa vã tentativa de catalogação por meio da teoria dos gêneros literários). Os organizadores do livro *Literatura indígena brasileira contemporânea: Criação, crítica e recepção* (2018), na introdução da obra, discutem como a literatura indígena não é um fim em si mesma, mas um “meio para a práxis político-pedagógica de resistência, de luta, [...] além de um fenômeno estético-literário singular” (DORRICO et al, 2018, p. 12). É esse transbordamento de sentidos éticos, estéticas e possibilidades que encontramos e procuramos descrever em *Metade Cara, Metade Máscara*.

AS UTILIDADES DA LITERATURA: FALAR POR SI

Olívio Jekupé, no artigo intitulado *Literatura Nativa* (2018), ao pesquisar sobre a literatura de autoria indígena faz uma denúncia grave: “[...], mas sempre que eu lia algo sobre alguma nação, esse algo era escrito pelos não indígenas e isso me deixava muito angustiado” (JEKUPÉ, 2018, p. 45). É urgente a

necessidade de compreendermos a literatura de autoria indígena em sua plenitude, como um fenômeno estético, cultural e político singular, que afeta o sistema de estudos literários eurocentrado. Quando lemos autores e autoras indígenas, de diferentes línguas, entendemos que eles nos entenderam antes: fazer literatura para os povos originários não é uma prática sem finalidade, desinteressada, como a modernidade gosta de cultivar em pensamento tão colonizado. A fala de Jekupé nos deixa compreender que a literatura pode também ser “ferramenta” como bem observou Gloria Anzaldúa, em *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo* (2000). Se a literatura já foi instrumento de poder para colonizar, porque não seria instrumento de emancipação?

O primeiro alicerce que fundamenta esse estudo é o compilado de artigos literários sobre literatura indígena intitulado *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Criação, Crítica e Recepção* (2018), que, como se pode depreender pelo título, discute em detalhes o papel da literatura de autoria indígena e suas principais características. Dentro desse compilado, alguns artigos chamam a atenção e trazem conceitos que são primordiais para a maneira como a obra *Metade Cara, Metade Máscara* de Eliane Potiguara foi analisada em nossa pesquisa. A ideia da literatura como “meio para a práxis político-pedagógica de resistência, de luta, [...] além de um fenômeno estético-literário singular” (DORRICO et al, 2018, p. 11) fundamenta, em grande parte, a perspectiva sob a qual a obra de Eliane Potiguara foi por nós encarada.

Da mesma maneira, foram fundamentais os conceitos de “autoafirmação e autoexpressão identitárias” (DORRICO et al, 2018, p. 11), utilizados pelos organizadores para definir as características dessa literatura. Muitos dos artigos presentes na obra trouxeram ricas informações sobre diferentes etnias indígenas. Trouxeram também contexto histórico suficiente para que pudéssemos compreender, de maneira consistente, o pano de fundo que em diversas ocasiões é o tema para as histórias de Eliane Potiguara em *Metade Cara, Metade Máscara*. Por exemplo, o ensaio *Literatura Indígena – A Voz da Ancestralidade* (2018), de Tiago Hakiy, foi fundamental para uma melhor compreensão do conceito de ancestralidade nos moldes da perspectiva indígena potiguar, assim como para a discussão da ligação entre a escrita indígena e a oralidade. O autor diz:

Esta literatura tem contornos de oralidade, com ritos de grafismos e sons de floresta, que tem em suas entrelinhas um sentido de ancestralidade, que encontrou nas palavras escritas, transpostas em livros, não só um meio para sua perpetuação, mas também para servir de mecanismo para que os não indígenas conheçam um pouco mais da riqueza cultural dos povos originários. (HAKIY, 2018, p. 38)

Esses conceitos apresentados por Hakiy foram primordiais para a assimilação do conceito de ancestralidade apresentado por Potiguara, com destaque para o quinto capítulo de *Metade Cara, Metade Máscara*, “Exaltação à terra, à cultura e à espiritualidade indígena” – uma mistura de memorial do ativismo político da autora concluído com poemas reflexivos do estado da luta.

Da mesma maneira, o artigo *Literatura Indígena: da oralidade à memória escrita* (2018), de Márcia Wayna Kambeba, trouxe embasamento teórico para os conceitos de memória e ancestralidade e sua intrincada relação com a produção artística e literária dos povos indígenas. A autora também discute com abrangência a importância da literatura indígena e suas razões para existir – “[Os povos indígenas] percebem a literatura como um instrumento de crítica e de compreensão de uma cultura que é receptiva e a utilizam para dar visibilidade à sua luta e resistência.” (KAMBEBA, 2018, p. 40)

O conceito de educação poética apresentado por Kambeba também foi colaborou para um melhor entendimento das muitas características educativas e pedagógicas da obra de Eliane Potiguara, especialmente quando Kambeba diz que “[...] os indígenas sempre buscaram poetizar sua vivência” (KAMBEBA, 2018, p. 41), explicando um sentimento que existe durante a leitura de *Metade Cara, Metade Máscara* na relação íntima entre esses dois elementos: a educação e a poesia.

Metade Cara, Metade Máscara, conversando conosco em forma de verso, de prosa, de história antiga, de memória recente, faz tudo isso com uma voz muito potente, um “grito de guerra” como já dissemos. Um grito cujas características lembram muito o tom de um manifesto, como por exemplo no poema “Orfã” e no texto “Compromisso Com a Cultura e o Pensamento Indígenas”, mas não só.

Por fim, para o estudo específico do texto de *Metade Cara, Metade Máscara*, também foi necessário ler a fortuna crítica sobre a obra. Para tal, embasamo-nos no artigo de Milena Costa Pinto e Elizabeth Gonzaga de Lima intitulado *Metade Cara, Metade Máscara: Uma Escrita-Testemunho tecida entre os fios da Memória* (2017), para análise do caráter testemunhal da obra. Também a obra *A identidade indígena em Metade Cara, Metade Máscara, de Eliane Potiguara* (2017), de Carlos Augusto de Melo e Helene Rosa de Costa, nos serviu para analisar o caráter identitário do livro.

PROTOCOLOS DE LEITURA EM CONFLITO

Ao estudar literatura indígena contemporânea, a falácia antropocêntrica é uma armadilha da qual estamos sempre tentando nos desviar, um constante obstáculo. E isto se dá devido à maneira como compreendemos, entendemos e analisamos a literatura ocidental (ou seja, nossos protocolos de leitura dificultam o surgimento de saberes constituídos fora da branquitude). A noção de cânone, por exemplo, pode ser considerada um protocolo de leitura: essa genealogia de obras específicas que sobrevivem ao tempo confirmando-se umas às outras como “modelos de genialidade” por meio da citação mútua. Na obra *O Cânone Ocidental* (2013), Harold Bloom faz um discurso inflamado em defesa do desse cânone:

Ler os melhores dos melhores autores - digamos, Homero, Dante, Shakespeare, Tolstoi - não fará de nós melhores cidadãos. A arte é perfeitamente inútil, [...] Wilde também nos disse que toda a má poesia é sincera. Se eu pudesse, mandava gravar estas palavras na porta principal de todas as universidades, de maneira a que cada estudante pudesse refletir sobre o esplendor do discernimento que elas contêm. (BLOOM, 1997, p. 30)

Sendo a literatura de autoria indígena um fenômeno político em sua maioria, a perspectiva apontada por Bloom jamais canonizaria uma de suas obras. Na verdade, em *Metade Cara, Metade Máscara* são visíveis as características pedagógicas, a conexão entre a literatura, a oralidade e a práxis do movimento pelos direitos indígenas. Todas as características de *Metade Cara, Metade Máscara* podem ser vistas, em conjunto, como a mais potente visão de uma escrita de resistência e de luta.

Na mesma introdução, Bloom também discute o protocolo dos gêneros literários e sua importância no estabelecimento do cânone: “Em cada época, alguns gêneros são vistos como sendo mais canônicos do que outros” (BLOOM, 1997, p. 35). Aqui temos mais um exemplo do desencaixe da literatura indígena nos preceitos estabelecidos pelos estudos literários eurocentrados que encontra em Bloom sua síntese. Potiguara, numa espécie de contra-teoria, usa o panorama histórico como alicerce para compor seus textos e poemas, e chega mesmo a subdividir seu livro de acordo com os temas históricos da colonização no Brasil. O conteúdo é, em *Metade Cara, Metade Máscara* mais importante do que a forma e, por isso, torna-se muito difícil classificar o livro em uma categoria única como fazemos desde Aristóteles. Uma obra centrada na luta contra a colonização, que não hesita em dialogar diretamente com a realidade, proximidade esta que levou alguns críticos a definirem-na a partir de seu caráter testemunhal (PINTO; LIMA, 2017, p. 4654).

A respeito do princípio da autonomia, Bloom também diz, discutindo o valor estético das obras: “mantenho-me firme no facto (*sic*) de que o eu individual é o único método e o modelo global para apreender o valor estético” (BLOOM, 1997, p. 38). Esta premissa também evidencia a divergência entre a literatura indígena e a visão eurocentrada da literatura. A ideia de que a produção literária individual é a única capaz de ter valor estético marca como a obra *Metade Cara, Metade Máscara*, fruto do pensamento coletivo de Eliane Potiguara, não pode ser analisada pelo viés da literatura ocidental canônica.

A ideia do princípio da autonomia não alcança as dimensões da literatura indígena como fenômeno político-cultural, muito menos sua estética – porque sim, existe uma estética, mesmo que ela não seja desinteressada. A questão da quebra das regras de classificação dos gêneros literários também se coloca: a perspectiva que usamos para distinguir os gêneros literários é também limitada quando buscamos analisar uma obra como *Metade Cara, Metade Máscara*. Por fim, a ideia de gênio individual como causa criadora de um valor estético também não se aplica. Os próprios conceitos de “autor”, “obra” e “leitor” na literatura indígena são diferenciados e, é possível dizer, mais amplos.

ESTRUTURA DA OBRA *METADE CARA, METADE MÁSCARA* DE ELIANE POTIGUARA

As discussões sobre individualidade e autonomia, primordiais para a conceituação do gênero literário no ocidente não-indígena ganham no livro de Eliane Potiguara dimensões que extrapolam o sujeito como indivíduo e nos leva a pensar sobre processos de subjetivação em coletividade. Sobre o assunto, Dorrico afirma que a literatura de autoria indígena, reconhecida a partir dos anos 1990 como uma retomada do lugar de fala indígena, coloca tanto a autoria coletiva — que se dá em processos pedagógicos que resultam em criação literária — quanto a autoria individual, de escritores que se autodeclaram indígenas, como Eliane Potiguara, fora dos parâmetros dos gêneros literários:

Essas novas vozes, portanto, têm a função de enunciar suas pertencas ancestrais de modo criativo e, nessa esteira, desconstruir noções sedimentadas que se conservam no imaginário popular sobre elas, marcadas por um viés fortemente negativo e preconceituoso. (DORRICO, 2018, p. 231).

Retornando à questão da autonomia e da individualidade, e o envolvimento desses conceitos na discussão acerca da teoria dos gêneros a partir do século XVIII, a literatura indígena traz uma nova perspectiva por esses dois motivos. Em primeiro lugar, a ideia do autor como gênio, e da obra literária como produção individual e autônoma, tornam-se dispensáveis quando consideramos povos e etnias que constroem suas falas de maneira coletiva, por meio da enunciação de seus ancestrais. Segundo, também é necessário levar em consideração que em *Metade Cara, Metade Máscara*, existe um “viés hermenêutico, da autobiografia, da memória e do testemunho” (DORRICO, 2018, p. 231), que caracteriza muitas obras produzidas por indígenas.

Por isso, numa leitura cuidadosa de *Metade Cara, Metade Máscara* tudo chama atenção, porque tudo quebra nossa expectativa de leitores formados na ocidentalidade da literatura. Nos primeiros parágrafos da dedicatória, lê-se:

À minha falecida avó indígena Maria de Lourdes, que, no início do século XX, teve seu pai desaparecido por ação colonizadora no estado da Paraíba. Suas quatro filhas indígenas, ainda adolescentes, migraram compulsoriamente dessas terras, sacrificando-se, como outras mulheres indígenas anônimas, pela construção de um momento novo na luta dos povos indígenas brasileiros hoje, o reconhecimento do grande contingente de descendentes de indígenas e de indígenas desaldeados.

Aos meus filhos Moína, Tajira e Samora Potiguara e à minha mãe, a eterna sacerdotisa que as águas fluviais levaram para seu mundo.

A todos os parentes indígenas. (POTIGUARA, 2019, p. 3).

Junto a essa passagem, ocupando a parte superior da página, está uma foto 3x4 de Maria de Lourdes. Na página seguinte, Potiguara cita Pablo Neruda e Fernando Pessoa, agradece às mulheres e dedica também o livro à Marcha das mulheres Indígenas de Agosto de 2019 em Brasília. Aqui, já de antemão, alguns elementos da escrita de Potiguara se fazem notar. Primeiro, a trança intrincada entre a luta — a práxis — e o texto, a maneira como o imaginário simbólico de Potiguara é, em primeiro lugar, político. Segundo, salta aos olhos a maneira como muitos elementos formais, paratextuais e de conteúdo serão reinventados nesse livro. A dedicatória se inicia contando uma história, é um primeiro conto, que vem “em forma” de dedicatória. Terceiro, a obra é uma autoafirmação identitária da autora, ela está muito próxima das histórias que virá a contar, fala em primeira pessoa, de si e de seu povo, mesmo quando subverte o eu-lírico e cria personagens.

Em seguida, inicia-se um prefácio em que três diferentes autores falam sobre a obra. Neste momento, vale resgatar a fala de Ailton Krenak, ao intitular Eliane Potiguara como “professora de nenhuma pedagogias, mestra de fazeres sem ofício fixo, segue caçando sonhos nas dobras do tempo memória” (POTIGUARA, 2019, p. 11) – um verdadeiro elogio da não utilidade. Além disso, ideia das “dobras do tempo memória” ilustra de maneira belíssima a maneira como a obra de Potiguara está centrada no cruzamento da história com a cultura e a ética.

Ana Paula Silva, em seu prefácio intitulado *Deslocamento, Movimentos*, define a obra como um “livro de resgate”, mais uma vez trazendo a ancestralidade de Potiguara como ponto crucial para a escrita e para a relevância da obra. De sua fala se destaca a seguinte passagem “[...] seu texto é testemunha ocular dos efeitos do colonialismo e da coloniedade na vida e na história dos povos originários e seus descendentes, especialmente das mulheres indígenas” (POTIGUARA, 2019, p. 19).

Após o prefácio, Potiguara dá início ao livro em si. Ela divide a obra em capítulos. Cada um deles é um tema, e os temas se orientam pela memória de um povo. Outra evidência da quebra do gênero literário se dá nessa estruturação da obra, uma vez que a divisão dos capítulos é muito explicativa e pedagógica. Ely Ribeiro de Souza, em *Literatura Indígena e Direitos Autorais* (2018), fala sobre a necessidade do escritor indígena em situar o leitor no contexto histórico, fazendo considerações para que a compreensão da cosmopercepção manifesta não seja permeada pelos inúmeros equívocos conceituais a respeito da cultura dos povos ameríndios, que foram construídos através da literatura brasileira ao longo dos séculos (SOUZA, 2018, p. 53).

Este aspecto enfatizado por Ely Ribeiro de Souza fica evidente na estruturação de *Metade Cara, Metade Máscara*: na primeira página do capítulo, Potiguara desenha seu universo com um panorama histórico. Fala da história dos povos ameríndios, das invasões “do passado, do presente e do futuro” sofridas por esses povos (POTIGUARA, 2019, p. 23). Após estabelecer o panorama, ela diz: “Era o início da solidão das mulheres”. Nesta frase, observa-se um estabelecimento da cosmopercepção indígena, cujo imaginário simbólico permeia a obra. Para Potiguara, a solidão das mulheres começa a partir da violência e do racismo oriundos da colonização.

Logo na capa do primeiro capítulo, o leitor é apresentado a Jurupiranga e Cunhataí, personagens que vamos acompanhar durante toda a leitura do livro. Este primeiro contato se dá em um dos subtítulos, que diz: “Separação de Jurupiranga e Cunhataí/Efeitos da Colonização para a Família e a Mulher/ Violência, Racismo e Intolerância”. O nome dos dois personagens e sua situação na história da colonização aparecem em quase todos os subtítulos de capítulos, com exceção do capítulo 4: “2. Dor e Revolta de Jurupiranga e Cunhataí”; “3. Revolta e Desespero de Cunhataí”; “5. Tupã Mostra a Caminhada dos Povos Indígenas a Cunhataí e a Jurupiranga, através da Natureza, da Cultura e dos Tempos”; “6. Resistência do casal separado em busca dos direitos humanos dos povos indígenas: A história de Jurupiranga, O guerreiro”; “7. Jurupiranga Ressurge e Permanece para sempre com Cunhataí.”

À primeira vista, os subtítulos dos capítulos podem dar a entender que acompanharemos uma narrativa a respeito destes dois personagens, mas logo no início do primeiro capítulo é possível perceber que os papéis de Jurupiranga e Cunhataí possuem uma polissemia estruturante. Os personagens vão funcionar como arquétipos da história dos povos indígenas e dos efeitos da colonização sobre esses povos.

Na subdivisão intitulada “Similaridade das Histórias”, presente no primeiro capítulo — *Invasão às Terras Indígenas e a Migração* —, a autora discorre sobre o impacto das muitas invasões às quais o povo indígena foi submetido, e estabelece que a história de Cunhataí é um lugar-comum para as famílias indígenas:

A história aqui narrada não é um caso incomum. A diferença é que, aqui, está tendo visibilidade, quando a esmagadora maioria de famílias indígenas violentadas, que continua em aldeias indígenas ou que faz parte das famílias desaldeadas ou desestruturadas, permaneceu calada, enferma, enlouquecida, isolada na sociedade envolvente. (POTIGUARA, 2019, p. 29)

Com relação a Cunhataí e Jurupiranga de maneira específica, na subdivisão “Quando chegaram os estrangeiros”, Potiguara fala um pouco sobre os papéis desses dois personagens:

Jurupiranga e Cunhataí são dois personagens [...] que sobreviveram à colonização e, poeticamente, vão nos contar as suas dores, lutas e conquistas. Esses personagens são atemporais e sem locais específicos de origem. Eles simbolizam a família indígena e o amor, independentemente de tempo, local, espaço onírico ou espaço físico; eles podem mudar de nome e voltar no tempo e no espaço. (POTIGUARA, 2019, p. 30)

Após esta breve explicação sobre como os personagens se caracterizam, somos apresentados a uma série de poemas que trazem Cunhataí e Jurupiranga como eu-lírico. Pela maneira como se estrutura o capítulo, a primeira parte funciona como uma introdução, quase uma justificativa dos poemas que lemos a seguir. Mais uma vez aqui explicita-se o caráter pedagógico da obra.

Nestas nove páginas que precedem os poemas do capítulo inicial, Potiguara contextualiza seu leitor a respeito do processo de colonização que marca sua história pessoal e a história de seu povo. É a partir desses primeiros subtítulos que Eliane conta sobre sua própria história, sobre a similaridade das histórias que narra com a realidade de muitos povos indígenas no Brasil. Ao ler a primeira estrofe do primeiro poema deste capítulo inicial, poema intitulado “Brasil”, que começa com a frase “Que faço eu com a minha cara de índia?” (POTIGUARA, 2019, p. 32), o leitor já está inserido dentro do universo indígena, ganhando do poema uma outra potencialidade, uma vez que Potiguara já “colocou os pingos nos i’s”.

Outra evidência da plasticidade desses dois personagens se dá no não-lugar existente entre Cunhataí e a própria Eliane. Como exemplo, logo no início da narrativa, no primeiro capítulo, Potiguara traz recortes biográficos de sua própria vida, menina neta de Maria Lourdes, de origem Potiguara, desaldeada, criada “a sete chaves, dentro de um quarto mal iluminado” (POTIGUARA, 2019, p. 25), em um “pequeno gueto indígena”. No subtítulo “A revolta de Cunhataí”, no segundo capítulo, existem similaridades na história da personagem e na autobiografia da autora, como a mãe desaldeada, desesperançada com sua aldeia, e a vó “mais forte, guerreira” (POTIGUARA, 2019, p. 73).

Nos capítulos que se seguem, Potiguara vai se ater a este padrão que ela mesma estabeleceu: temporalizar Jurupiranga e Cunhataí em um momento histórico da colonização dos povos indígenas do Brasil em um tema específico, fazer uma breve introdução pedagógica e histórica a respeito do tema sobre o qual fala, e apresentar um grupo de poemas a respeito do tema. São nestes momentos, que vamos intitular aqui de “introduções”, que é possível observar mais evidências da quebra do gênero literário.

A cada nova passagem, Potiguara traz diferentes tipos de texto, com características da autobiografia, do conto e da crônica. Em alguns capítulos, traz também textos que se assemelham a artigos científicos, recheados de referências e dados. As páginas que vão de 49 a 58, por exemplo, são um informativo sobre os direitos reprodutivos das mulheres indígenas, desenvolvidos pela autora em conjunto com o grupo GRUMIM, em 1996.

A questão da ancestralidade também é abordada por meio de Jurupiranga e Cunhataí. No poema do primeiro capítulo, intitulado “Migração Indígena”, nos versos “Se ainda consigo escrever alguns deles/Só é fruto mesmo da mágoa que me toma a alma/ Da saudade que me mata”, é possível interpretar que o eu-lírico, que é Cunhataí, fala sobre a ancestralidade perdida dos indígenas desaldeados. Isto também aparece no poema “Invasão”, nos versos: “Quem são vocês que podem violentar/ A filha da terra/ E retalhar suas entranhas”. Ainda sobre ancestralidade temos o poema “Essência Indígena”: “Um dia/ Esse corpo vai apodrecer/ E eu vou ser de verdade.../ Então vou ser feliz”. A morte neste poema é vista como uma reunião com os ancestrais, o fim da marginalização e do sofrimento do povo.

O último capítulo, intitulado “Vitória dos povos”, traz como subtítulos os sinais do reencontro: “O reencontro com a identidade, o Divino, O espírito, o Amor”; “Jurupiranga Ressurge e permanece unido para sempre com Cunhataí”; “Representação do amor Eterno e da Preservação da Identidade Indígena e das Vivências do Cotidiano”. Este último capítulo é encerrado com o poema “Ato de Amor Entre Povos”, que conta, com muitas características de um poema épico, a reunião dos dois personagens, juntos para todo o sempre, representando a família indígena, a paz e a vitória almejada na luta pelos direitos indígenas.

LITERATURA DE LUTA

Em vários momentos na narrativa de Potiguara, o tom da obra é o de reivindicação, denúncia, publicização, urgência. O primeiro exemplo disso se encontra na primeira sessão do primeiro capítulo, *Violência, Migração e suas Consequências*, onde a narrativa toma um tom de denúncia, na frase: “a violação aos direitos humanos dos povos indígenas continua” (POTIGUARA, 2019, p. 31). No decorrer das páginas, este dom de denúncia converte-se em manifesto:

O sistema político, que deveria garantir o direito territorial dos povos indígenas, a preservação cultural e sua dignidade nada faz. Entra governo e sai governo e as terras indígenas não são priorizadas, tampouco os direitos constitucionais e imemorais desses povos são considerados. Os povos, já séculos, sobrevivem em um clima constante de insegurança, não se sabendo se aquele local em que estão enterrados seus mortos será o território de seus filhos! (POTIGUARA, 2019, p. 31)

Neste, e em vários outros momentos do livro, seja em poemas, crônicas ou relatos pessoais de memória e autobiografia, o tom de “manifesto” reaparece, menos como gênero textual e mais como algo temático, inerente à historicidade que Potiguara faz tanta questão de investir sua obra. Como foi estabelecido, o universo simbólico desenvolvido por Potiguara em *Metade Cara, Metade Máscara* tem como pano de fundo e alicerce a luta política, a práxis. Assim sendo, todo o texto incita à ação e alerta para a necessidade de mudanças. Alguns pontos do texto, porém, trazem esse aspecto de maneira mais bem demarcada, como por exemplo, no poema “Órfã”:

Não adianta fugir dessa realidade
Quando te trazem nos braços
Uma criança que nem dois anos completos tem
E tua boca que gargalhadas davam
Ao sabor do álcool
Se cala
E umedece de vez
E te desarma
É uma criança faminta
Doente
Órfã de pais
Órfã de país.
(POTIGUARA, 2019, p. 37)

Devido ao grande número de crianças indígenas assassinadas no Brasil nos últimos 30 anos, é impossível descobrir a qual caso Eliane Potiguara se referia ao escrever “Órfã” — o que evidencia ainda mais a importância do poema —, porém, fica dado que o poema é um chamamento. Um abrir forçado dos nossos olhos para a violência sofrida por nossos povos originários todos os dias no Brasil contemporâneo.

Trata-se de um poema-denúncia-manifesto. No artigo *O Canto de Eliane Potiguara em Metade Cara, Metade Máscara*, de Marina Beatrice Ferreira Farias e Izabela Guimarães Guerra Leal (2019), as autoras falam como esse poema denuncia a situação de inúmeras crianças indígenas no Brasil, e como a repetição no final do poema (Órfã de pais/órfã de país) cria uma interessante reflexão sobre o destino dos descendentes dos povos tradicionais quando desaldeados, e a perda de contato com suas origens (FARIAS; LEAL, 2019, p. 107).

Outro exemplo de “literatura de luta” em *Metade Cara, Metade Máscara* é o texto “Compromisso com a Cultura o Pensamento Indígenas”. Potiguara também se refere a ele por outro título, “Oração pela libertação dos povos indígenas”. Deste texto trazemos o fragmento:

Bonito é florir no meio do ódio, da inveja, da mentira ou do lixo da sociedade.
Bonito é sorrir ou amar quando uma cachoeira de lágrimas nos cobre a alma!
Bonito é poder dizer sim e avançar. Bonito é construir e abrir as portas a partir do nada. Bonito é renascer todos os dias. Um futuro digno espera os povos indígenas de todo mundo. Foram muitas vidas violadas, culturas, tradições, religiões, espiritualidades e línguas. (POTIGUARA, 2019, p. 87).

Um terceiro exemplo é o texto “Vi um indiozinho escorrendo pelo bueiro”. O texto começa com características de um conto e o panorama histórico violento da colonização adentra a história

pelas beiradinhas, definindo o pano de fundo da situação que Eliane vivencia, ao ver o índiozinho escorrendo pelo bueiro “como num quadro de Salvador Dali”. Muitos aspectos se misturam nesse texto, traços autobiográficos, opiniões da autora, referências aos números indígenas do IBGE, do local de fala dos indígenas na ONU, da correlação entre os *dahlis* da Índia e os índios do Brasil, o contraste entre o fetiche criado em torno da arte indígena brasileira e a falta de direitos humanos enfrentadas por esse mesmo povo cuja arte é se transforma em mercadoria. O texto termina no parágrafo:

Eu clamo aos governantes e empresários: “Reconheçam os povos indígenas como os primeiros povos desta terra e sem paternalismos, entreguem as terras que são de seus ancestrais, numa medida de reconhecimento, de compensação e restauração da dignidade indígena deste país. (POTIGUARA, 2019, p. 106)

Este último parágrafo é outra convocação. A visão da sociedade brasileira dos povos indígenas é, como dito pela própria Eliane Potiguara, por Márcia Kambeba, Ailton Krenak, Ely Ribeiro de Souza, Olívio Jekupé e muitos outros, a visão indianista, do povo indígena como extinto, lendário, mítico. A escrita de Potiguara se caracteriza como “literatura de luta” porque rompe com essa visão, bem como exige novos modos de leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, a não adequação de *Metade Cara, Metade Máscara* em um único gênero literário mostra como a obra é multifacetada, mas, o mais importante, mostra como a literatura indígena precisa ser encarada a partir de outros parâmetros, parâmetros específicos.

A literatura indígena é um movimento estético-cultural e um fenômeno político, que nasce a partir da necessidade de protagonismo dos povos indígenas brasileiros, cujo apagamento institucionalizado aconteceu e continua acontecendo. Mesmo que a história dos povos indígenas seja parte intrínseca da história do povo brasileiro, os processos de colonização e neocolonização, as invasões do “passado, do presente e do futuro”, como dito por Potiguara, submetem a literatura indígena a esse não-lugar.

A teoria dos gêneros literários na contemporaneidade se orienta a partir da filiação/mudança. Compreendemos, agora, que o conceito de gênero literário e as definições que circundam esse conceito não podem ser regras, normas ou diretrizes, mas “realidades”. Sempre vai ser possível classificar obras literárias parecidas, mas essa classificação não deve funcionar como recurso para avaliação e valorização de obras específicas.

Unir os conceitos de “literatura indígena” e “gênero literário” na mesma pesquisa foi complicado devido à impressão de estar cometendo constantes anacronismos. A teoria do gênero literário é tão antiga como a própria literatura, e a literatura indígena é um fenômeno de escrita recente, que se iniciou nos anos 1980 – isso se tomarmos um marco como a publicação do livro *Antes o mundo não existia* do povo desana. O conceito de gênero literário foi se complexificando a partir de contextos históricos, políticos e sociais, e está elacionado com a visão eurocêntrica e normativa que buscamos problematizar. Portanto, uma das maiores conclusões a que podemos chegar ao final dessa pesquisa é um apelo pela necessidade de utilizarmos pensadores e escritores indígenas para ler, pensar e fruir da literatura indígena. Autores como Ailton Krenak, Márcia Kambeba, Graça Graúna e Olívio Jekupé foram centrais para que pudéssemos compreender a literatura indígena pelo que ela é e não pelo que ela *deixaria de ser*.

Debruçar-nos sobre essa obra foi também um exercício de mudança de perspectiva, é claro, mas foi, de modo ímpar, um exercício de encontro. Esta é uma outra conclusão dessa pesquisa. A voz de Eliane Potiguara, por mais específica que seja, é também universal no sentido de que, infelizmente, oferece identificação: fala de processos de violência experienciados por diversos povos ao redor do mundo, invasões que se repetem. Refere-se a um Brasil que sempre esteve diante dos nossos olhos. A visão apresentada por Candido, em *O direito a literatura* (1970), da literatura como um direito básico, é amplificada e ressona em *Metade Cara, Metade Máscara*.

Se a obra *Metade Cara, Metade Máscara* é tão difícil de definir, isso também tem a ver com a representação errônea dos nossos povos originários que foi disseminada durante muitos séculos, como tão bem explicado por Ely Ribeiro de Souza. O caráter pedagógico de *Metade Cara, Metade*

Máscara é um dos fatores que faz com que a obra seja excepcional e necessária. Tanto preconceito foi disseminado a respeito dos nossos povos indígenas, que é preciso ainda um constante processo de reparação, e a quebra do gênero literário nessa obra é um recurso que Potiguara usa para dar conta desse processo.

Os livros que fundamentaram essa pesquisa mostram como é rica a visão teórica dos povos indígenas sobre suas próprias produções, e nos trazem conhecimentos que não poderíamos adquirir de outras formas. Esta é outra conclusão, como dito por Tettamanzy em “Falas à Espera de Escuta”, em vários momentos: nos cabe escutar.

A questão da autonomia, tão outorgada como moeda de valor para nossa literatura, tem também outras cores quando falamos da literatura indígena, e essa é uma bonita realidade. Mesmo estando Potiguara falando por ela mesma, sua ligação próxima com seu povo e com seus ancestrais possibilita que sua voz nunca seja só dela. Faz cair por terra a ideia do escritor como gênio autônomo-individual, representação antiga, que deriva do século XIX, mas que continua difundida quando consideramos, por exemplo, a maneira como vemos os escritores.

O breve estudo que fizemos sobre o processo de canonização da literatura e o estabelecimento desse cânone nos levou a concluir como a literatura é um direito básico humano. E, de forma simultânea e contraditória, percebemos também como, por meio da teoria eurocentrada, da valorização exclusiva por uma noção de estética sem ética, e pela centralidade da autonomia, damos manutenção a processos de apagamento institucionais, limitando a literatura a um pequeno grupo privilegiado. A literatura ameríndia, desde o início, reinventa a dicotomia representação/realidade, fazendo com que seja possível interpretar literatura como vivência. Estar disposto a compreender as especificidades e multiplicidades da literatura indígena é se dar uma oportunidade para conhecer todo um novo universo simbólico.

Da análise de *Metade Cara, Metade Máscara* queremos ressaltar a não neutralidade política, e a maneira como o caráter político de uma obra não pode ser recurso para deslegitimá-la. Nestes tempos em que vivemos, de polarização política e defesa da neutralidade, é cada vez mais necessário compreendermos o papel político e pedagógico da literatura, e essa é uma lição que Eliane Potiguara nos ensinou várias vezes. Existe, em sua obra, uma liberdade e uma consciência política que são naturais de povos para os quais a luta política é uma realidade diária. Potiguara não tem medo de posicionar, não busca a neutralidade.

Ler literatura indígena é aprender. O livro aqui estudado tem como características o testemunho, a memória, a denúncia. Como estabelecido por Márcia Kambeba, é uma característica da literatura indígena “poetizar a vivência”. A obra *Metade Cara, Metade Máscara* é “Literatura de luta”. O livro inteiro chama para a ação, nos incita a buscar um futuro menos desenvolvimentista, mais ciente de um passado que não passou. Como dito por Potiguara, na “Oração pela libertação dos povos indígenas”: “A verdade está chegando à tona, mesmo que nos arranquem os dentes! O importante é prosseguir.”

REFERÊNCIAS

ANZALDUA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.

Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 08, n. 01, p. 229-236, 2000.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**. Trad. Manuel Frias Martins. Lisboa: Temas e debates, 2013.

CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Ouro Sobre Azul, 2011.

DORRICO, Julie. Considerações Iniciais. In: DORRICO et al (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p 11-14.

DORRICO, Julie. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. In: DORRICO et al (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 227-256.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando

(orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. *E-book*. 424 p. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

FARIAS, Maria Beatrice Ferreira; LEAL, Izabela Guimarães Guerra. O canto de Eliane Potiguara em *Metade Cara, Metade Máscara*. **Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 107-129, jan.-jun. 2019.

HAKIY, Tiago. Literatura Indígena — A voz da Ancestralidade. DORRICO et al (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 37-38.

JEKUPÉ, Olívio. Literatura Nativa. In: DORRICO et al (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 45-50.

KAMBEBA, Márcia Wayna. Literatura Indígena: da oralidade à memória escrita In: DORRICO et al (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 39-44.

MELO, Carlos Augusto de; COSTA, Heliane Rosa da. A identidade Indígena em *Metade Cara, Metade Máscara*, de Eliane Potiguara. In: CAMARGO, Fábio Figueirerdo (org.). **Na literatura, as identidades**. Uberlândia: O sexo da Palavra – Projetos Editoriais, 2017.

PINTO, Milena Costa; LIMA, Elizabeth Gonzaga. Metade Cara, Metade Máscara: Uma Escrita-Testemunho Tecida entre os Fios da Memória. In: XV Congresso Internacional da ABRALIC, XV, **Anais**, Rio de Janeiro, 2017. p. 4654-4664. Disponível em: <https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522243365.pdf> Acesso em 21/06/2024

POTIGUARA, Eliane. **Metade Cara, Metade Máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumim Edições, 2019.

SOUZA, Ely Ribeiro de. Literatura indígena e direitos autorais. In: DORRICO et al (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 51-74.

TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. Falas a Espera de Escuta. In: DORRICO et al (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 15-26.